

Instituto Sou da Paz

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

Instituto Sou da Paz

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Sou da Paz (“Instituto” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sou da Paz em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

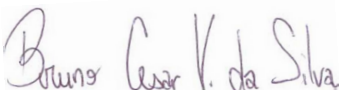
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de junho de 2021.

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4



Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC SP270337/O-1

Instituto Sou da Paz

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.686.849	4.106.713	Fornecedores		5.985	14.672
Recursos vinculados a projetos	5	2.284.040	708.681	Obrigações trabalhistas e tributárias	8	411.711	406.837
Outros créditos	6	70.219	18.157	Receitas Diferidas	10.c	861.094	944.432
Total ativo circulante		7.041.108	4.833.551	Outras contas a pagar	9	169.781	169.781
				Obrigações para projetos não realizados	10.a	2.312.726	920.836
				Total do passivo circulante		3.761.297	2.456.558
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	11.a	45.410	45.410	Receitas diferidas	10.c	71.762	932.856
Imobilizado	7.a	166.605	229.206	Total do passivo não circulante		71.762	932.856
Intangível		620	620				
Imobilizado - Com restrição	7.b	55.255	5.132	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		267.890	280.368	Patrimônio social	12	1.724.505	3.142.020
				Superávit/(déficit) do exercício		1.751.434	(1.417.515)
				Total do patrimônio líquido		3.475.939	1.724.505
Total do ativo		7.308.998	5.113.919	Total do passivo e patrimônio líquido		7.308.998	5.113.919

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais líquidas			
Sem restrição			
Receitas operacionais	14	4.673.918	2.781.070
Receita com trabalho voluntário e gratuidades	15.c	<u>57.169</u>	<u>106.754</u>
		<u>4.731.087</u>	<u>2.887.824</u>
Com restrição			
Receitas de projetos restritos	10	2.097.418	924.921
Receitas financeiras – com restrição	17	<u>24.366</u>	<u>15.343</u>
		<u>2.121.784</u>	<u>940.264</u>
Total de receitas operacionais líquidas		<u>6.852.871</u>	<u>3.828.088</u>
Custos e despesas operacionais			
Sem restrição			
Despesas com pessoal e encargos sociais	15.a	(1.811.624)	(3.585.873)
Despesas gerais e administrativas	15.b	(1.170.525)	(679.744)
Provisão para perdas	15	(784)	(3.379)
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades	15.c	<u>(57.169)</u>	<u>(106.754)</u>
		<u>(3.040.102)</u>	<u>(4.375.750)</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrição			
Custos com execução de projetos	10.b	<u>(2.121.784)</u>	<u>(924.921)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>1.690.985</u>	<u>(1.472.583)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras – sem restrição	16	84.283	206.934
Despesas financeiras	16	<u>(23.834)</u>	<u>(151.866)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>60.449</u>	<u>55.068</u>
Superávit/(Déficit) do exercício		<u>1.751.434</u>	<u>(1.417.515)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Superávit/(Déficit) do exercício	1.751.434	(1.417.515)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>1.751.434</u></u>	<u><u>(1.417.515)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total do patrimônio
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>5.342.570</u>	<u>(2.200.550)</u>	<u>3.142.020</u>
Incorporação do déficit do exercício	(2.200.550)	2.200.550	-
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(1.417.515)</u>	<u>(1.417.515)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.142.020</u>	<u>(1.417.515)</u>	<u>1.724.505</u>
Incorporação do déficit do exercício	(1.417.515)	1.417.515	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.751.434</u>	<u>1.751.434</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.724.505</u>	<u>1.751.434</u>	<u>3.475.939</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Sou da Paz

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	1.751.434	(1.417.515)
Ajustes do resultado do exercício		
Depreciação e amortização	62.601	58.296
Depreciação e amortização - com restrição	9.306	366
(Aumento) redução nos ativos		
Outros créditos	(52.062)	455.588
Recursos vinculados a projetos	(1.575.359)	(74.135)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(8.686)	(3.512)
Obrigações - trabalhistas e tributárias	4.874	(139.233)
Receitas diferidas	(944.432)	1.877.288
Outras contas a pagar	-	128.206
Obrigações para projetos não realizados	1.391.890	189.742
Fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais	<u>639.566</u>	<u>1.075.091</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível – sem restrição	-	(203.243)
Aquisição de imobilizado e intangível – com restrição	(59.430)	(5.498)
Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(59.430)</u>	<u>(208.741)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>580.136</u>	<u>866.350</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.106.713	3.240.363
No fim do exercício	<u>4.686.849</u>	<u>4.106.713</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	<u>580.136</u>	<u>866.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O **Instituto Sou da Paz** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, de âmbito nacional, e tem como missão contribuir para a efetivação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área.

As estratégias que orientam o Instituto nesta missão de prevenir e reduzir a violência no Brasil estão voltadas para as seguintes atividades:

- Controle de armas e munições;
- Fortalecimento e participação comunitária;
- Democratização da informação;
- Diagnósticos e planos locais de prevenção.
- Aprimoramento da atividade policial e da gestão de segurança pública;
- Ações integradas focadas nos grupos e lugares mais afetados pela violência.

O Instituto Sou da Paz seguiu o seu plano quinquenal (2019 – 2023) em 2020 para transformar a realidade da segurança pública brasileira a partir da visão: 'Acreditamos em um Brasil mais justo e menos violento, com capacidade de superar a impunidade dos crimes violentos e uma sociedade participativa e engajada na mudança!'. O Impacto da pandemia e do distanciamento social obrigou o Instituto a rever estratégias e a criar novas formas de trabalho e interação. Implementamos o trabalho remoto em prol da saúde e segurança dos nossos colaboradores, sem deixar de lado a entrega e o resultado que nos comprometemos a alcançar. O contexto político e as sucessivas tentativas de desmonte da política nacional de controle de armas empreendida pelo governo federal obrigou o Sou da Paz a fortalecer ainda mais sua estratégia de contenção de retrocessos. Dedicamos parte expressiva da nossa força de trabalho a mobilizar diversos fatores, denunciar e barrar as medidas adotadas pelo governo sem debate com a sociedade e antidemocráticas. No campo institucional, ampliamos o Conselho Diretor com foco na diversidade étnica, de gênero e expertise, avançamos na implementação da política da promoção de equidade racial e de gênero e inauguramos o comitê de diversidade, constituído por membros da própria equipe.

Sempre em busca de transformar a realidade da violência que afeta a todos promovendo uma sociedade mais justa e segura, seguimos atuando em duas frentes prioritárias que agregam os projetos executados:

Combate à Impunidade de Crimes Violentos

É fundamental lidar com a baixa prioridade e a falta de resposta aos crimes violentos, especialmente os homicídios, direcionando recursos para esclarecer esses crimes e usando inteligência para preveni-los e, ao mesmo tempo, responder de forma mais eficiente aos crimes menos graves. Para esclarecer homicídios e crimes violentos é fundamental também tirar as armas ilegais de circulação e rastrear seu percurso dentro e fora do país, reduzindo a disponibilidade desse importante vetor da violência.

Engajamento Cívico

Acreditamos que o país precisa de mais pessoas discutindo e pautando o tema da segurança pública de forma qualificada e representativa. A sociedade precisa saber quais políticas realmente funcionam para exigi-las de seus governantes e participar da sua construção. Somente com a sociedade brasileira demandando e participando ativamente da construção de políticas públicas eficientes e democráticas na segurança pública é que o país conseguirá reduzir a violência.

(i) *Projetos executados ao longo do ano:*

- **Índice Nacional de Esclarecimento de Homicídio (Reducing and refocusing detention) – Fundo Brasil Direitos Humanos/OAK:** Apesar da transparência ser parte da solução, nem metade dos estados brasileiros informam quantos homicídios foram esclarecidos. O Sou da Paz trabalhou para ampliar esse acesso e priorizar o esclarecimento como caminho para redução desse crime nos estados. A 3ª edição do estudo sobre “Onde Mora a Impunidade – Porque o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios”, 11 estados esclarecem 30% de homicídios; Rio de Janeiro é o pior do ranking e Distrito Federal o melhor; 16 estados brasileiros não foram capazes de informar quantos homicídios esclareceram
- **Modelo integrado de controle de armas e munições no Espírito Santo - OSF:** Após anos de parcerias técnicas com diversos estados, desenvolvemos um modelo integrado de combate ao tráfico de armas que leva em consideração todo o fluxo de circulação das armas e munições desde a sua fabricação e venda, registro adequado, apreensão e investigação de origem de armas envolvidas em crimes e o estabelecimento de fluxos de cooperação com a Polícia Federal, o Exército e Secretarias de Segurança Pública. Em 2020, implementamos um modelo integrado de controle de armas em parceria com o Governo do Espírito Santo. Como parte da parceria analisamos o perfil e circunstâncias de apreensão de mais de 8 mil armas tiradas da mão do crime e as recomendações propostas pelo Sou da Paz para fomentar a integração entre as polícias estaduais e para melhorar as formas de registro das armas apreendidas foram implementadas pelo governo local.
- **Na Medida - Fortalecendo equipes técnicas dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto - FUMCAD:** A deficiência nas políticas de garantias de direitos torna ainda mais atrativa a entrada de jovens vulneráveis em ciclos infracionais. Para romper essa dinâmica, o Sou da Paz acredita e atua no fortalecimento de profissionais que operam as Medidas Socioeducativas como caminho para prevenção da violência e ressignificação da trajetória de vida destes jovens

- **Aripuanã – Cidade Segura - NEXA:** Fortalecemos a atuação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), na cidade de Aripuanã, no Mato Grosso. O projeto tem como objetivo, consolidar uma rede de pessoas capacitadas e engajadas em discutir, analisar, planejar e implementar um plano de ação integrado para a solução dos problemas comunitários de segurança deste município.
- **EAD Drogas (Agenda Municipal) - OSF:** Com a mudança de escopo do projeto, formulamos propostas concretas para segurança pública na cidade de São Paulo, disseminando-as por meio da Agenda São Paulo Mais Segura - Por uma cidade que protege Todos. As propostas foram discutidas com a equipe de diversos candidatos. As proposições do sou da Paz foram incorporadas nos planos de governos de sete destes candidatos.
- **Plataforma Segurança Pública baseada em Evidências - BID:** O ISDP é consultor de conteúdo para a Plataforma de Segurança Pública baseada em Evidências. O portal online, que reunirá e disseminará diversas experiências que comprovadamente trouxeram melhorias e avanços para políticas públicas de segurança, é planejado e desenvolvido pelo Nexo Jornal com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Conta também com outras organizações para a produção e curadoria de conteúdo. Contribuímos tanto com a concepção inicial da plataforma quanto com a produção de conteúdo que fará parte do portal.
- **Rede Liberdade (Aliança):** O ISDP seguiu incubando o projeto Rede Liberdade, antigo Aliança, que coordena ações jurídicas e judiciais para defesa de direitos fundamentais e garantia de liberdades individuais em casos emblemáticos de violações. Sua atuação consiste essencialmente na articulação de uma rede composta por advogados, defensores públicos, representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e entidades do terceiro setor para a Defesa de Liberdades - liberdade de opinião, expressão e de ensino, e Defesa de Direitos Humanos - considerando temas transversais como raça, etnia, sexualidade, meio ambiente, religião e costumes. Para articulação desta rede ao longo do ano foram executados os seguintes projetos: Rede Liberdade (Laudes), Aliança (OSF), Rede Liberdade (OSF), Defendendo Direitos Humanos (NED).
- **Diretrizes nacionais de esclarecimento de homicídios (Professional Murder Investigations Guidelines)- Haddad Foundation:** Estamos promovendo a criação uma rede de especialistas em investigação de homicídios para elaborar e disseminar as Diretrizes Nacionais de Esclarecimento de Homicídios, capazes de superar os principais desafios da investigação e ajudar os estados a darem resposta aos crimes violentos cometidos contra seus cidadãos. Promovemos o I Webinar: A Investigação de homicídios no Brasil” com profissionais de diversos estados. Também expandimos a rede de especialistas e profissionais engajados com o esclarecimento de homicídios para 5 novos estados: Paraná, Tocantins, Rio Grande do Sul, Alagoas e Distrito Federal.
- **Advocacy no Poder Legislativo Federal – Parlamento em defesa da segurança cidadã - Lafer:** Este projeto tem o objetivo de defender, promover e disseminar uma atuação parlamentar, no campo da Segurança Pública e Justiça Criminal, pautada na defesa dos valores da República, do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos, dos direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição Brasileira e também em evidências técnicas e científicas consolidadas, em detrimento de abordagens populistas, promotoras de violência institucional ou policial.

Armas estrangeiras na violação de direitos - TDH

Com o objetivo de motivar uma revisão das políticas de exportação de armas de países europeus para o Brasil analisamos o uso de armas estrangeiras em casos de violações de direitos humanos no país. Documentamos 7 casos de violações de direitos com o uso de arma estrangeiras e realizamos a análise inédita do perfil de mais de 80mil armas apreendidas em quatro estados pelas polícias federais. Essa estratégia se soma as demais do ISDP para gerar pressão sobre o governo federal e sobre as polícias para melhoria de práticas relacionadas ao controle de armas e à redução da letalidade.

Projeto Frente de Armas: Impacto da Violência Armada no Brasil -Ford

No âmbito da estratégia de fortalecimento da política de controle de armas, desenvolvemos a pesquisa sobre impacto da violência armada na morbimortalidade da população brasileira, privilegiando o recorte racial e de gênero, com base em informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde. Na primeira etapa do levantamento observamos a evolução dos indicadores de óbitos por agressões, suicídios e acidentais provocados por arma de fogo nos níveis nacional, regional e estadual, na série histórica até 2019, ano mais recente disponível. A partir dos achados, promovemos ações combinadas de advocacy pela promoção do controle de armas e redução da letalidade armada.

Policiais Candidatos – Should Brazil fear political contamination in its police and military forces? - OSF

O Sou da Paz busca estudar a tendência de politização das forças policiais e militares devido ao aumento recente de membros dessas forças que concorrem a cargos eletivos. Iniciamos a pesquisa sobre candidaturas a prefeito de ex-policiais e militares durante as eleições municipais. A partir dos achados, com estratégias combinadas de comunicação e pressão pública, vamos incidir na apresentação de propostas legislativas no Congresso Nacional que busquem impor maior tempo de quarentena para policiais e militares candidatos a cargos políticos para minimizar o uso eleitoral das forças policiais.

Enfrentamento e prevenção ao COVID -IDDD/OSF

Com a anuência da Fundação CASA, o projeto buscou dialogar e acolher a percepção e sentimentos dos adolescentes neste período de pandemia com o impacto da interrupção das visitas familiares nos centros educativos, abordando os afetos, suas formas de manifestação e a importância do cuidado neste momento delicado e complexo de crise sanitária.

(ii) ***Investimentos institucionais***

Desenvolvimento institucional

O financiamento institucional é fundamental para o desenvolvimento dos projetos do ISDP, dando suporte para a manutenção da sede física e apoio financeiro para projetos que não constam com investimentos direcionados. Através da Open Society Foundations, TVML Foundations, Ford Foundation, Instituto Lemann e Banco Itaú, os apoios institucionais ainda dão subsídios para que a organização tenha recursos para manter as equipes das áreas meio como Administrativo e Comunicação e para desenvolver planos de gestão para resultado e avaliação.

- **Boletim ‘Sou da Paz Analisa’:** Os dados criminais e estatísticas oficiais da violência no Estado de São Paulo são publicados de maneira pouco acessível. Isso afasta a população de demandar respostas para seus problemas de segurança com base em evidências. O Instituto promove maior transparência facilitando a compreensão destas informações, disseminando na imprensa achados importantes, propondo caminhos para melhorar a prevenção e repressão da violência no estado e aproximando os dados da população em Boletins Trimestrais batizados de Sou da Paz Analisa. Além disso, estamos também implementando uma plataforma online para acesso aos dados criminais. Para esse projeto são utilizadas verbas institucionais.

Campanha de Doação de Máscaras

Como estratégia de enfrentamento à pandemia e alternativa para diminuição das possibilidades de contágio, o Instituto articulou uma campanha de doação de máscaras para a região da Freguesia do Ó/Brasilândia. Esta iniciativa mobilizou financiadores e diversos doadores a contribuir com recursos financeiros para aquisição de máscaras de tecido, para serem distribuídas aos moradores de uma das regiões mais gravemente afetadas por esta pandemia. No mês de maio, 62.865 máscaras foram entregues aos parceiros de 12 instituições da Brasilândia, zona norte de São Paulo.

O valor arrecadado permitiu a aquisição de mais de 56 mil máscaras e a empresa fabricante se comprometeu com a doação de mais 6 mil unidades. O Instituto Sou da Paz mapeou e dialogou com os parceiros locais, organizando a quantidade de máscaras a partir da demanda indicada por cada instituição.

Na segunda etapa, realizada em junho, com apoio de empresa parceira, foi possível a aquisição de mais 20 mil máscaras de tecido que foram distribuídas para os moradores da mesma região através de organizações parceiras que desenvolvem projetos sociais nestas comunidades. Além das distribuições das máscaras, a campanha produziu card informativo com orientações sobre a importância do uso da máscara e estratégias para sua adequada higienização, para ser distribuído virtualmente.

Ao longo do ano corrente, os seguintes projetos foram encerrados:

- Na Medida - Fortalecendo equipes técnicas dos serviços de medidas socioeducativas em meio aberto - FUMCAD

Plataforma Segurança Pública baseada em Evidências ES- BID

1.1 Pandemia da COVID-19

Iniciamos o ano de 2021 ainda em regime de trabalho remoto devido ao surto do coronavírus (COVID-19) respeitando às recomendações da Organização Mundial da Saúde e decretos das autoridades públicas que enfatizaram sobre a necessidade do distanciamento social como um dos principais fatores para conter a disseminação do vírus.

A maioria dos projetos que serão desenvolvidos neste ano já tiveram os recursos captados ainda em 2020. Da mesma forma os apoiadores institucionais renovaram os seus aportes para o ano. Nesta frente, a Administração, em conjunto com o Conselho Diretor, tem focado esforços para captação institucional e projetos para os anos de 2022-2023.

Durante o mês de abril, realizamos encontros virtuais de Planejamento Estratégico para revisão das metas estabelecidas no plano quinquenal 2019-2023.

A Administração está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Com relação as Medidas Provisórias implementadas pelo governo para enfrentamento da pandemia, tais como suspensão de Contrato de Trabalho o adiamento do pagamento de tributos, a Administração do Instituto Sou da Paz avaliou não ser necessária a adesão de nenhuma delas.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Continuidade do trabalho em formato home-office para todos os funcionários com adequação de rotinas de encontros e reuniões virtuais utilizando plataformas de tecnologia; Adequação de ferramentas de trabalhos para os funcionários, equipamentos, softwares, mobiliário e ajuda de custo para link de internet quando necessária. Esta medida irá perdurar até que todos os colaboradores e familiares sejam vacinados com as doses necessárias para garantir a imunização.
- Revisão constante de contratos junto a prestadores de serviços e proprietário do imóvel para redução de custos em virtude da subutilização dos equipamentos e espaços, otimizando esta economia para custear a adequação do trabalho em formato home office como compra de computadores e softwares e implantação de processos de segurança digital;
- Realização de conversas intituladas “Diálogos Sou da Paz” com especialistas na área de segurança pública e democracia para manter a equipe engajada e motivada;
- Promoções de reuniões virtuais intituladas “Como Estamos”, canal criado para compartilhar conquistas e desafios durante o período de quarentena;
- Adequação do escritório físico do Sou da Paz seguindo as orientações e protocolos governamentais para uma futura volta presencial mantendo a estrutura funcional para eventuais necessidades do staff no atendimento de demandas de trabalho;

- Adaptação de cronograma de entregas e remanejamento de orçamentos juntos aos financiadores dos projetos;
- Criação de um boletim periódico para manter os principais doadores e parceiros atualizados sobre como o Instituto vem enfrentando a pandemia: Boletim Sou da Paz na Pandemia.

Até a conclusão deste relatório, o Instituto já havia recebido as seguintes doações para a continuidade de suas operações no decorrer do ano de 2021.

- Instituto Lemann (R\$ 600.000)
- Ford Foundation (USD 125.000)
- TVML (USD 90.000)
- Banco Itaú (R\$ 200.000)
- Haddad Foundation (R\$ 144.924)
- Fundo Brasil Direitos Humanos (R\$ 218.955)
- Nexa (R\$ 20.000)
- Terre des Hommes (EUR 3.792)
- Instituto Betty e Jacob Lafer (R\$ 71.588)
- Pessoas Físicas (R\$ 110.000).
- NED (USD 46.000)

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1).

A emissão das demonstrações foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 01 de Junho de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 3.2(ii)** - Vida útil estimada do ativo imobilizado
- **Nota explicativa nº 6** – Mensuração da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa
- **Nota explicativa nº 12** – Mensuração da provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber, outros créditos e despesas antecipadas.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras, aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), cujo vencimento original seja de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações desses projetos.

(vi) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e projetos vinculados a executar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2020 e 2019, incluindo operações de *hedge*.

Hierarquia do valor justo

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O Pronunciamento técnico PME descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível A** – A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

- **Nível B** - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;
- **Nível C** – Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, o Instituto deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O Instituto reconhece as transferências entre níveis de hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota explicativa nº 20.

3.2 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Móveis e utensílios	5 anos
Instalações	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Imobilizado - Com restrição

Os itens do ativo imobilizado com restrição são itens adquiridos com recursos financeiros advindos de projetos e que estão vinculados à prestação dos serviços e execução das atividades relacionadas, que ao final do projeto deverão reverter ao patrimônio do Instituto por meio de termo de doação.

3.3 Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando método linear à taxa de 20% ao ano.

3.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração do Instituto não identificou evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.5 Contas a receber

Os valores a receber são compostos por contratos firmados com financiadores, adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e conhecidos.

3.6 Demais ativos

Os ativos são demonstrados pelos valores conhecidos ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidas.

3.7 Passivos circulantes

Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridas.

3.8 Obrigações para projetos não realizados

Os valores para projetos não realizados são compostos por valores recebidos e respectivas parcelas a receber dos financiadores de acordo com os contratos firmados, ainda não aplicados nos projetos relacionados. O Instituto denomina como "Administrativo" o controle da movimentação dos recursos utilizados para a manutenção da estrutura compartilhada entre os projetos sede e de recursos humanos de acordo com os critérios de rateio estabelecidos, além daqueles captados com esse fim exclusivo.

3.9 Benefícios a empregados

O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O Instituto denomina como "Provisões Trabalhistas" uma conta exclusiva na qual são depositados mensalmente os valores provisionados para o custeio das obrigações de 13º salário, férias, FGTS e verbas e encargos rescisórios.

3.11 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

3.12 Reconhecimento de Receitas

(i) Contribuições

As receitas de contribuições são reconhecidas contabilmente de acordo com os contratos firmados com financiadores adotando o critério da competência, utilizando-se como base os contratos assinados e as despesas incorridas.

(ii) Donativos

As doações para financiar os custos do Instituto são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado. Os valores recebidos por doações e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecida o débito de caixa e equivalentes de caixa em contrapartida à conta de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.
- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos com os projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de obrigações para projetos não realizados nos passivos circulante e não circulante.

(iii) Gratuidades

As receitas com gratuidades são reconhecidas contabilmente de acordo com o benefício de desconto firmado entre os fornecedores ou prestador de serviço e o Instituto, adotando o critério de competência.

(iv) Voluntariado

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Instituto sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo e levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

3.13 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias.

3.14 Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.15 Gerenciamento de risco financeiro

O Instituto apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Instituto, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota explicativa nº 20.

As políticas de gerenciamento de risco do Instituto são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bens numerários	26	-
Depósitos bancários	92.700	1.408.678
Aplicações financeiras (a)	4.594.123	2.698.035
Total	4.686.849	4.106.713

a. Aplicações financeiras

	2020	2019
CDB 00.775-4	462.929	-
CDB 00.769-7	752.851	-
CDB Itaú 00.787-9	272.830	1.209
CDB Santander 13000882-4	1.954.034	1.787.532
CDB Itaú 00.783-8	6.132	47.971
Aplicação Automática Santander 13000882-4	96.245	279.401
Aplicação Automática Santander 13000953-3	16.940	100
BB CDB 23523-7	1.939	1.929
CDB Itaú 00.766-3	30.217	46.638
CDB Itaú 00767-1	463.346	-
BB 23523-7 – Renda Fixa	536.660	533.255
Total	4.594.123	2.698.035

O Instituto mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDB. O rendimento médio aproximado em 2020 foi de 2,75% a.a. (4,55% a.a. em 2019).

O resultado contabilizado em 2020 com a receita de aplicações financeiras foi de R\$ 84.283 (R\$ 206.934 em 2019) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas com aplicações financeiras".

5 Recursos vinculados a projetos

Os valores recebidos e ainda não empenhados em projeto ficam registrados na rubrica de "Recursos vinculados a projetos", em contrapartida a obrigações para projetos não realizados no passivo circulante. O Instituto mantém os recursos recebidos aplicados financeiramente enquanto não investidos nas atividades ligadas ao projeto.

Banco – Conta corrente	2020	2019
Depósitos bancários (a)	93.196	90.632
Aplicações financeiras (b)	2.190.844	618.049
Total	2.284.040	708.681

a. Depósitos Bancários

Descrição	Projetos	2020	2019
Itaú S.A. - 00.771-3	Prevenção a Pandemia do COVID - IDDD	7.487	-
Itaú S.A. - 00.302-7	Agenda Eleitoral Municipal - OSF	228	90.571
Itaú S.A. - 00.785-3	Advocacy - Lafer	192	-
Itaú S.A. - 00.766-3	Rede Liberdade - Laudes	186	-
Itaú S.A. - 00.789-5	Modelo Integrado de Armas - OSF	265	-
Itaú S.A. - 00.783-8	Policiais – OSF	43.063	-
Itaú S.A. - 01.3496-2	Democracia – NED	6.239	-
Itaú S.A. - 00.773-9	Pesquisas de Armas Desviadas - Itaú	25.530	-
Itaú S.A. - 00.767-1	Projetos Institucionais – FORD	251	-
Itaú S.A. - 00.304-3	Rede Liberdade – OSF	154	-
Itaú S.A. - 01.3502-7	Frente de Armas – FORD	9.361	-
Itaú S.A. - 01.3504-3	Defendendo Direitos Humanos NED	231	-
Itaú S.A. – 00296-1	Aripuanã – Cidade Segura - Nexa	9	61
Total		93.196	90.632

b. Aplicações financeiras - Projetos

Descrição	Projetos	2020	2019
CDB Itaú 00.302-7	Agenda Eleitoral Municipal - OSF	55.975	-
CDB Itaú 00.304-3	Rede Liberdade – OSF	465.345	-
CDB Itaú 00789-5	Modelo Integrado Controle de Armas- OSF	304.829	-
CDB Itaú 13496-2	Democracia e Segurança Pública - NED	125.234	-
CDB Itaú 13502-7	Frente de Armas – FORD	150.336	-
CDB Itaú 13504-3	Defendendo Direitos Humanos– NED	134.886	-
CDB Itaú 00766-3	Rede Liberdade – Laudes	362.226	-
CDB Itaú 00785-3	Advocacy - Lafer	11.068	-
CDB Itaú 01302-6	GTI Rede de Proteção Integrada -FUMCAD	53.425	52.725
CDB Itaú 00783-8	Policiais – OSF	300.875	-
Aplic Automática Santander 13000953-3	Armas Estrangeiras -TDH	173	-
CDB Santander 13000906-9	Na Medida	-	25.912
CDB Santander 13000949-2	Aliança – OSF	-	274.997
Aplic Automática Santander 13000949-2	Aliança - OSF	7	78
Aplic Automática Santander 13000951-9	Plataforma de Evidências – ES - BID	-	24.475
Aplic Automática Santander 13000952-6	Respeito à Vida - Ambev	90	-
Aplic Automática Santander 13000954-0	Reducing and Refocusing Detention	178	218.712
Aplic Automática Santander 13000955-7	Diretrizes de Investigação de Homicídios -FBDH	205	-
CDB Santander 13000952-6	Respeito à vida - Ambev	202	-
CDB Santander 13000954-0	Reducing and Refocusing Detention	50.633	-
CDB Santander 13000955-7	Diretrizes de Investigação de Homicídios – FBDH	175.157	-
Fundo Extra Santander 13000906-9	Na Medida -FUMCAD	-	21.150
Total		2.190.844	618.049

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao CDB. O rendimento médio aproximado em 2020 foi de 2,75% a.a. (4,55% a.a. em 2019).

O resultado contabilizado em 2020 com receita de aplicações financeiras foi de R\$ 24.366 (R\$ 15.343 em 2019) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício em "Receitas financeiras com restrição".

c. Recursos vinculados

Banco – Conta corrente	2020	2019
Fundo de investimento referenciado	211.623	210.840
Provisão para perda	(211.623)	(210.840)
Total	-	-

- (a) A aplicação financeira (fundo de investimento referenciado) no montante de R\$ 211.623 (R\$ 210.840 em 2019) refere-se à conta investimento restrita (bloqueada) em nome do Instituto, referente a recursos de um projeto já finalizado, em que o Instituto utilizou recursos próprios para sua execução. Devido à demora nos trâmites internos do Ministério do Esporte na liberação dos recursos constantes na conta, o Instituto tomou medidas administrativas e jurídicas para a liberação desses recursos, aguardando que qualquer uma destas solucione a questão.

6 Outros créditos

	2020	2019
Impostos a recuperar	43.863	-
Adiantamento de férias	26.356	12.824
Empréstimos a funcionários	-	5.333
Total	70.219	18.157

7 Imobilizado e Intangível

Custo	Imobilizado					Intangível		Total Geral
	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Benefícios em Imóveis de Terceiros	Marcas e Patentes	Software	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	89.041	48.963	150.697	77.420	-	620	33.593	400.334
Adições	48.586	-	-	-	154.657	-	-	203.243
Transferências (a)	-	-	23.132	3.821	-	-	-	26.953
Saldo em 31 de dezembro de 2019	137.627	48.963	173.829	81.241	154.657	620	33.593	630.530
Adições	-	-	35.011	24.418	-	-	-	59.429
Transferências (a)	-	-	5.498	-	-	-	-	5.498
Saldo em 31 de dezembro de 2020	137.627	48.963	214.338	105.659	154.657	620	33.593	695.457
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(61.335)	(48.078)	(141.938)	(45.869)	-	-	(33.593)	(330.813)
Adições	(12.379)	(538)	(10.279)	(7.409)	(27.691)	-	-	(58.296)
Transferências (a)	-	-	(11.108)	(487)	-	-	-	(11.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(73.714)	(48.616)	(163.325)	(53.765)	(27.691)	-	(33.593)	(400.704)
Adições	(14.040)	(147)	(8.221)	(8.579)	(40.095)	-	-	(71.082)
Transferências (a)	-	-	(1.191)	-	-	-	-	(1.191)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(87.754)	(48.763)	(172.737)	(62.344)	(67.786)	-	(33.593)	(472.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63.913	347	10.504	27.476	126.966	620	-	229.826
Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.873	200	41.601	43.315	86.871	620	-	222.480

8 Obrigações trabalhistas e tributárias

	2020	2019
Obrigações previdenciárias	65.703	63.503
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	65.979	69.961
Impostos e contribuições a recolher	4.039	4.973
Outros Impostos a Recolher (ISS e CS retida na fonte)	3.813	-
Provisões trabalhistas (a)	<u>272.177</u>	<u>268.400</u>
Total	<u>411.711</u>	<u>406.837</u>

(a) O saldo inclui provisões sobre FGTS, INSS e férias.

9 Outras contas a pagar

	2020	2019
COFINS a pagar (a)	41.575	41.575
Contas a Pagar – PSC	46.458	46.458
Contas a Pagar – Reincidência	<u>81.748</u>	<u>81.748</u>
Total	<u>169.781</u>	<u>169.781</u>

(a) O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, e efetuou recolhimento em juízo, por meio de depósitos judiciais, enquanto aguarda o resultado da discussão judicial. Vide detalhamento do andamento do processo conforme Nota explicativa nº 11.

10 Obrigações para projetos não realizados

a. Saldos e Movimentações dos recursos vinculados a projetos

A seguir, apresentamos os projetos em andamento no exercício, recursos recebidos pelo Instituto, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

Descrição projeto	Saldos em 31/12/2019	Contratação de novos projetos	Receitas Financeiras	Consumo	Saldos em 31/12/2020
GTI Rede de Proteção Integrada (FUMCAD)	52.720	-	927	(224)	53.423
EAD Drogas /Agenda Municipal (OSF)	90.571	-	724	(35.108)	56.187
Aliança (OSF)	285.719	38.400	3.763	(307.388)	20.494
Plataforma Segurança Pública ES - BID	10.076	19.100	131	(29.307)	-
Na Medida (FUMCAD)	52.194	353.596	1.704	(407.494)	-
Reducing And Refocusing Detention (Fundo Brasil Direitos Humanos)	218.712	-	2.328	(168.309)	52.731
Aripuanã – Cidade Segura (Nexa)	(39.572)	140.000	-	(96.122)	4.306
Modelo Integrado de Controle de Armas – ES (OSF)	243.405	212.120	3.040	(147.944)	310.621
Respeito a Vida (AMBEV)	-	213.578	1.671	(200.192)	15.057
Diretrizes de Investigação (Haddad Foundation)	-	246.153	3.156	(73.947)	175.362
Rede Liberdade (Laudes)	-	572.850	656	(212.147)	361.359
Armas estrangeiras (TDH)	-	89.344	252	(116.898)	(27.302)
Advocacy (Lafer)	-	70.444	446	(59.630)	11.260
Rede Liberdade (OSF)	-	661.091	3.726	(199.350)	465.467
Policiais (OSF)	-	350.324	875	(7.281)	343.918
Democracia e Segurança Pública (NED)	-	131.884	234	(645)	131.473
Pesquisa Armas Desviadas (Itaú)	-	60.000	-	(30.923)	29.077
Defendendo Direitos Humanos (NED)	-	160.736	397	(26.016)	135.117
Frente de Armas (FORD)	-	159.688	336	(346)	159.678
Enfrentamento e prevenção ao COVID (IDDD)	-	10.000	-	(2.513)	7.487
Outros	7.011	-	-	-	7.011
Total 2020	920.836	3.489.308	24.366	(2.121.784)	2.312.726

b. Custos com a execução de projetos – Receitas e receita financeira de projetos restritos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3.15, as despesas incorridas são empregadas na medida de execução dos projetos. Em 31 de dezembro de 2020, os projetos estão apresentados da seguinte forma. A descrição da natureza dos principais projetos estão divulgadas na nota 1.

Projeto	Despesa com pessoal	Programa alimentação	Horas e custos Compartilhadas	Serviços de terceiros	Transportes	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras	Resultado 2020
GTI Rede de Proteção Integrada	-	-	-	-	-	-	224	224
Agenda Eleitoral Municipal –(OSF)	-	-	29.240	3.825	-	-	2.043	35.108
Aripuanã Cidade Segura (NEXA)	-	-	53.174	39.686	173	747	2.342	96.122
Plataforma Segurança Pública ES – (BID)	-	-	14.939	-	189	9.432	4.747	29.307
Aliança –(OSF)	-	4.099	37.561	213.858	893	48.431	2.546	307.388
Na Medida FUMCAD)	-	20.555	249.799	64.480	939	71.370	351	407.494
Modelo Integrado de Armas (OSF)	-	-	144.947	247	-	979	1.771	147.944
Reducing and Refocusing (FBDH)	-	-	137.593	26.992	-	2.562	1.162	168.309
Respeito à Vida (Ambev)	-	-	189.374	7.205	-	1.899	1.714	200.192
Diretrizes de Investigação (Haddad)	-	-	38.896	33.121	-	-	1.930	73.947
Rede Liberdade (Laudes)	2.540	1.419	34.720	163.016	-	2.418	8.034	212.147
Armas Estrangeiras (TdH)	-	-	113.503	609	-	895	1.891	116.898
Advocacy (Lafer)	-	-	44.969	14.224	-	-	437	59.630
Rede Liberdade (OSF)	8.649	3.056	24.917	158.117	-	822	3.789	199.350
Policiais Candidatos (OSF)	-	-	-	5.774	-	-	1.507	7.281
Democracia e Segurança (NED)	-	-	-	-	-	100	545	645
Pesquisa Armas Desviadas (Itaú)	-	-	30.332	480	-	60	51	30.923
Defendendo Direitos Humanos– NED	-	1.659	4.626	19.500	-	-	231	26.016
Projeto Frente Armas (Ford)	-	-	-	180	-	-	166	346
Enfrentamento e prevenção ao COVID (IDDD)	-	-	-	2.258	-	-	255	2.513
Total	11.189	30.788	1.148.590	753.572	2.194	139.715	35.736	2.121.784
Total em 31 de dezembro de 2019	121.234	18.093	419.814	183.970	4.300	168.468	9.096	924.921

c. Receitas diferidas

	2020	2019
Open Society Foundations	932.856	1.793.955
Banco Itaú	-	83.333
Total	932.856	1.877.288
Curto Prazo	861.094	944.432
Longo Prazo	71.762	932.856

Os contratos firmados com a Open Society Foundations e com o Banco Itaú possuem prazos determinados para aplicação dos recursos recebidos, que se encerram em janeiro de 2022 e maio de 2020, respectivamente.

11 Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos do Instituto para as causas fiscais e trabalhistas nos respectivos montantes de R\$ 4.974.668 (R\$ 4.456.919 em 2019), não estão provisionados, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

a. Depósitos judiciais

O Decreto nº 8.426/2015 de julho de 2015, instituiu a incidência da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre as Receitas Financeiras à alíquota de 4%. Entretanto, o Instituto optou por discutir judicialmente este tributo com base em orientações de sua assessoria jurídica (mandado de segurança n. 0025521-33.2015.4.03.6100). Desta forma, o Instituto passou a efetuar, a partir de julho de 2015, os recolhimentos da COFINS através de depósito judicial, referente aos períodos de agosto de 2015 a dezembro de 2016 às contas de cada referido projeto. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 45.410 (R\$ 45.410 em 2019). O processo em 08/04/2019 teve seus Autos Sobrestados, ou seja, o andamento foi suspenso, até o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de repercussão geral sobre a mesma matéria discutida. A partir de janeiro de 2017, por determinação da administração, estão sendo feitos os recolhimentos para o fisco federal.

b. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

O Instituto Sou da Paz, em razão de sua natureza de entidade sem fins lucrativos de assistência social, requereu perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, em 20 de agosto de 2008, pedido de reconhecimento de sua imunidade tributária ao Imposto sobre Serviços (ISS), com base no art. 150, VI, “c” da Constituição Federal.

O pedido de reconhecimento da imunidade, autuado sob o nº 2008-0.308.088-0, tramitou na esfera administrativa e já foi concluído, com decisão final pelo reconhecimento da imunidade tributária do Instituto para parte de suas receitas (enquadradas nos códigos 02097 e 05762), não sendo reconhecida a imunidade apenas para as receitas enquadradas, pela própria Prefeitura, no código 03115, consideradas como receitas oriundas de serviços de consultoria.

Durante a tramitação do pedido de imunidade descrito acima, o Fisco autou o Instituto referente aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014, para evitar a decadência referente aos eventuais débitos.

Em relação aos anos de 2008, 2009 e 2010 (Autos de Infração n. 006.681.552-5 - 2008 (ISS), 006.695.368-5 - 2009 (ISS) e 006.710.701-0 - 2010 (ISS)), o Instituto Sou da Paz apresentou defesas e recursos administrativos, mas as cobranças foram mantidas pela Prefeitura de São Paulo. Por essa razão, em 21.02.2019 foi ajuizada uma ação judicial buscando o cancelamento desses débitos (Processo n. 1007991-84.2019.8.26.0053), sendo que em 06/06/2019 foi proferida sentença acolhendo o pedido, determinando o cancelamento integral das cobranças. A sentença foi posteriormente confirmada por acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 17/02/2021. Atualmente, aguardar-se eventual interposição de recurso pela Prefeitura de São Paulo. O valor atualizado total desses autos de infração é de R\$ 368.456.

Em relação ao ano de 2012 (Autos de Infração n. 006.738.080-8 (ISS), 006.738.081-6 (OA), 006.738.270-3 (OA) e 006.738.273-8 (OA)), o Instituto Sou da Paz apresentou defesas e recursos administrativos, mas as cobranças foram mantidas pela Prefeitura de São Paulo. Por essa razão, em 13.01.2021 foi ajuizada uma ação judicial buscando o cancelamento desses débitos (Processo n. 1001452-34.2021.8.26.0053), sendo que em 29.01.2021 foi proferida decisão deferindo o pedido liminar, para suspender a cobrança do AIIM n. 6.738.080-8. Em relação aos demais AIIMs, o Instituto Sou da Paz, no dia 23/02/2021, realizou depósito judicial no valor de R\$ 76.463 para suspender a cobrança desses lançamentos. Posteriormente, em 26/04/2021, o Instituto Sou da Paz realizou um depósito judicial complementar no valor de R\$ 898. Atualmente aguarda-se a prolação de sentença. O valor atualizado total desses autos de infração é de R\$ 529.022.

Em relação aos anos de 2013 e 2014 (Autos de Infração n. 006.746.804-7 (ISS), 006.746.805-5 (ISS), 006.746.806-3 (OA), 006.746.807-1 (OA), 006.746.808-0 (OA) e 006.746.809-8 (OA)), foi apresentada impugnação à Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo, que aguarda julgamento. A decisão da Impugnação poderá eventualmente ser objeto de recurso ao Conselho Municipal de Tributos. Os valores atualizados somam R\$ 4.077.189.

c. PIS/PASEP e COFINS

A partir de 1º de julho de 2015, com vigência do Decreto nº 8.426/2015, as pessoas jurídicas tributadas com base no regime não cumulativo devem apurar a contribuição para PIS/PASEP e a COFINS pelas alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. Define a Lei nº 10.637/02, em seu art. 8º, e a Lei nº 10.833/03, em seu art. 10, que as pessoas jurídicas imunes a impostos ficam sujeitas ao regime cumulativo das contribuições. Assim, por não haver tratamento específico, as pessoas jurídicas isentas, como o Instituto, se sujeitariam ao regime não cumulativo e, portanto, deveriam tributar suas receitas financeiras conforme o Decreto nº 8.426/2015, que traz as alíquotas de 0,65% para PIS/PASEP e 4% para COFINS. Visto que, conforme art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP de entidades isentas é calculada sobre a folha de salários, somente ocorreria a apuração de COFINS sobre as receitas financeiras das entidades isentas.

O Instituto optou por discutir judicialmente o tributo com base em orientação de seus advogados, por meio de mandado de segurança preventivo, com pedido de liminar extraordinário, tendo como base: inconstitucionalidade da instituição do tributo, com base na imunidade, respaldada no art. 195, § 7ª da Constituição Federal, amparada pelo art. 3º da Lei nº 8.742/93 — Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

12 Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelo superávit e/ou déficit acumulados. O saldo do patrimônio social será aplicado em projetos e também na manutenção do Instituto nos exercícios futuros e não poderá ser distribuído entre os associados, diretores, instituidores, benfeitores ou qualquer outra pessoa física ou jurídica, direta ou indiretamente.

Na hipótese de dissolução do Instituto, seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica sem fins lucrativos, qualificada nos termos de lei vigente, aplicável a entidades sem fins lucrativos, e que, preferencialmente, tenha o mesmo objeto social do Instituto.

13 Remuneração da Administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva, que em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 292.983 (R\$ 297.440 em 2019). O Instituto não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

14 Receitas operacionais - Sem restrições

	2020	2019
Contribuições do exterior (a)	1.831.441	1.131.226
Contribuições Pessoas Jurídicas	1.976.606	1.320.165
Contribuições Pessoas Físicas	865.871	222.238
Custo com doações de bens	-	26.953
Receita Líquida de Serviços	-	80.488
Total	<u>4.673.918</u>	<u>2.781.070</u>

- (a) Contribuições no exterior referem-se aos valores recebidos a título de captação de recursos para fins institucionais, provenientes de financiadores de outras organizações ou empresas com sede no exterior.

15 Custos e despesas operacionais - Sem restrição

	2020	2019
Despesas com pessoal (a)	(1.811.624)	(3.585.873)
Despesas gerais e administrativas (b)	(1.170.525)	(679.744)
Provisão para perda	(784)	(3.379)
Despesas com trabalho voluntário e gratuidades	(57.169)	(106.754)
Total	<u>(3.040.102)</u>	<u>(4.375.750)</u>

a. Despesas com pessoal

	2020	2019
Salários	(1.571.281)	(2.106.049)
13º Salário	(130.375)	(51.087)
Férias	(199.670)	(266.914)
INSS	(483.062)	(637.594)
FGTS	(154.120)	(339.205)
PIS	(17.395)	(24.896)
Benefícios sociais (VT+VR e assistência médica, e outros)	(239.262)	(279.126)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	983.541	118.998
Total	<u>(1.811.624)</u>	<u>(3.585.873)</u>

b. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços de terceiros	(325.313)	(377.070)
Despesa com ocupação	(358.537)	(329.277)
Viagens	(1.692)	(65.217)
Depreciação	(66.908)	(67.474)
Despesas com doações (b)	(360.593)	-
Outras despesas	(77.153)	(145.720)
Rateio de despesas compartilhadas com projetos (a)	19.671	305.014
Total	<u>(1.170.525)</u>	<u>(679.744)</u>

- (a) A Administração do Instituto efetua o rateio do custo e despesas administrativas sobre os projetos em curso de acordo com critérios definidos em análises qualitativas e quantitativas sobre a realização de cada projeto, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 11.
- (b) As doações se referem substancialmente a R\$ 144.230 por repasse ao Instituto Igarapé conforme Contrato de Doação Projeto Todos Pela Segurança e R\$ 210.594 por aquisição de máscaras para doação.

c. Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários ou pro-bono

	2020	2019
Conselheiros	49.762	31.537
Serviços recebidos em gratuidade (a)	7.407	75.217
Total	<u>57.169</u>	<u>106.754</u>

- (a) Durante o exercício a entidade reconheceu como gratuidade recebida valores relacionados a gastos incorridos no acompanhamento de votações e reuniões.

Conforme estabelecido no item 19 da ITG 2002 (R1) e na Resolução CFC nº 1.409/2012, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar.

As gratuidades e trabalhos voluntários ou *pro bono* identificados pela Administração como tendo sido prestados nos exercícios de 2020 e 2019, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas com trabalho voluntário e gratuidades" e "Despesas com trabalho voluntário e gratuidades".

O valor justo dos trabalhos voluntários descritos acima foi determinado a partir do valor que o Instituto estaria disposto a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

Nesse sentido, a Administração fez sua melhor estimativa de valor justo com base em informações do próprio prestador de serviço, uma vez que, em geral, ele também presta o mesmo serviço para outras entidades, mas com remuneração, e/ou com base em informações de mercado, especialmente no caso de prestação de serviços para a qual há um mercado ativo e maduro, no qual as informações sobre o custo dos serviços são amplamente divulgadas ou de fácil obtenção, sempre considerando o porte e a complexidade das operações do Instituto.

16 Receitas e despesas financeiras – Sem restrições

Receitas financeiras	2020	2019
Administrativo	84.283	206.934
Total	84.283	206.934
Despesas financeiras	2020	2019
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF Sobre Rendimento Financeiro)	(4.363)	(84.497)
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)	(5.162)	(12.871)
Multas	(19)	(13.915)
Tarifas Bancárias	(11.663)	(11.509)
Outras Despesas	(2.627)	(29.074)
Total	(23.834)	(151.866)

17 Receitas financeiras – Com restrições

	2020	2019
Agenda eleitoral 2018 - OSF	-	2.225
Aliança - OSF	3.763	3.419
Plataforma de Evidências - ES	131	2
EAD Drogas/Agenda Municipal	724	2.228
GTI Rede de Proteção Integrada -FUMCAD	927	4.068
Na Medida - FUMCAD	1.704	1.735
Protestos Seguros - OSF	-	1.591
Reducing and Refocusing Detention - FBDH	2.328	75
Respeito a Vida - Ambev	1.671	-
Armas Estrangeiras - TDH	252	-
Diretrizes de Investigação de Homicídios - HADDAD	3.156	-
Projeto Frente Armas - FORD	336	-
Defendendo Direitos Humanos - NED	397	-
Democracia e Segurança Pública - NED	234	-
Advocacy no Poder Legislativo - Lafer	446	-
Modelo Integrado de Controle de Armas - OSF	3.040	-
Policiais Candidatos - OSF	875	-
Rede Liberdade- OSF	3.726	-
Rede Liberdade- Laudes	656	-
Total	24.366	15.343

Os valores registrados nesta rubrica referem-se às receitas de rendimento de aplicações financeiras registradas na rubrica Recursos Vinculados a Projetos, veja na nota explicativa 10b.

18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o Instituto apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020:

- Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- ISSQN
- COFINS sobre as receitas próprias.

O Instituto não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como escrituração do Lalur, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As declarações de isenção do imposto de renda, às quais o Instituto está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas Autoridades Fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por Autoridades Fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

18.1 IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu déficit (superávit) de acordo com o art. 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e Lei nº 9.532/97.

18.2 ISS

O Instituto é isenta do pagamento de ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com a Lei nº 10.833/03.

18.3 COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do Instituto, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03. A partir de 1º de julho de 2015, passou a incidir COFINS sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

18.4 PIS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada exclusivamente sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com o art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

19 Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Instituto.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Instituto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo eles outras contas a receber e fornecedores, estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não detém instrumentos financeiros derivativos.

c. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Instituto caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Instituto e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus associados. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de associados. O Instituto não espera perdas com os valores a receber de seus associados e, por esse motivo, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.686.849	4.106.713
Recursos vinculados a projetos	5	2.284.040	708.681
Outros créditos	6	<u>70.219</u>	<u>18.157</u>
		<u>7.041.108</u>	<u>4.833.551</u>

Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

A política de gestão de risco corporativo determina que o Instituto avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. O Instituto possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Contas a receber

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento dos projetos junto a seus financiadores. Não há concentração de risco de crédito no nosso modelo das atividades do Instituto.

Outros créditos

De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, o Instituto avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral do Instituto é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que o Instituto não tem risco de liquidez.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Instituto.

e. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nas taxas de juros que incidem sobre seus ativos e passivos. O Instituto mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados da Cetip, com data-base de 31 de dezembro de 2020, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 2,75%, cenário provável para o ano de 2020. O Instituto realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	4.594.123	4.499.484	4.530.954
Taxa anual estimada do CDI	<u>2,75%</u>	<u>2,06%</u>	<u>1,38%</u>
Efeito anual no caixa líquido	<u>91.192</u>	<u>94.639</u>	<u>45.762</u>

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDB e fundo de renda fixa.

f. Gestão de capital

Os objetivos do Instituto ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Instituto para cumprir com seus objetivos descritos na Nota explicativa nº 1.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Instituto pode rever a política de pagamento de contribuições dos associados e reduzir, por exemplo, o nível de gastos e endividamento.

g. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

h. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para fins de divulgação, caso o Instituto tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores, por nível de hierarquia do valor justo:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível B	92.726	1.408.678
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível B	4.594.123	2.698.035
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis		-	-
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis		-	-
			<u>4.686.849</u>	<u>4.979.568</u>
Passivos	Classificação			
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	Nível B	<u>5.986</u>	<u>14.672</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

20 Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

* * *

Carolina de Mattos Ricardo
Diretora Executiva

David Coppola
Contador
CRC/SP N° 167.760/O-7